



Polarização e democracia no Brasil: as opiniões dos eleitores de PT e PSDB (2002-2010)

Bruno Mello Souza¹

Resumo

Desde o fim dos anos 1980, o Brasil experimentou significativos avanços em relação à consolidação da democracia em seu marco formal. Entretanto, existem grandes problematizações sobre o estabelecimento da democracia em termos substantivos no país (MOISÉS, 1995; BAQUERO, 2007a). De modo geral, essas problematizações se referem à necessidade de que uma democracia conte com a adesão da maior parte dos cidadãos. Nesse sentido, pelo menos em termos teóricos, os partidos são as instituições de excelência de interlocução entre Estado e sociedade civil. Partindo deste princípio, este estudo tem como objetivo verificar, nos anos eleitorais de 2002, 2006 e 2010, por meio de dados do ESEB, como os cidadãos do país têm percebido o papel dos partidos no contexto brasileiro. Para além de uma análise geral dessas percepções, objetiva-se examinar as diferenças de percepção entre os simpatizantes dos dois partidos com maior apelo nos últimos anos no país, no que tange às eleições presidenciais: PT e PSDB.

Palavras-chave: democracia; Brasil; PT; PSDB; opinião pública.

Introdução

Desde o final da década de 1980, o Brasil passou por significativos avanços em relação à consolidação da democracia em seu marco formal. As instituições democráticas brasileiras funcionam regularmente, de forma duradoura e bastante significativa do ponto de vista poliárquico (DAHL, 1971). Todavia, existem grandes problematizações sobre o estabelecimento da democracia em sua dimensão substantivo no país (MOISÉS, 1995; BAQUERO, 2007a). De modo geral, essas problematizações referem-se à necessidade de que uma democracia, para estabelecer-se plenamente como tal, tenha a adesão da maior parte da população. As instituições políticas, desse modo, teriam importância fundamental no âmbito dos procedimentos, mas não seriam suficientes para definir uma democracia, através de uma perspectiva maximalista.

Nesse sentido, os partidos são as instituições por excelência de interlocução entre Estado e sociedade civil. Ainda que não sejam o único eixo institucional de

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: bmellosouza@yahoo.com.br. Bolsista CAPES.

relação entre as duas esferas, é por meio deles, também, que se faz possível a formulação e a canalização das demandas sociais com os poderes decisórios. Uma vez que esteja claro o papel protagônico dos partidos no estabelecimento de uma democracia, este estudo tem como objetivo verificar, nos anos eleitorais de 2002, 2006 e 2010, fazendo uso de dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), como os cidadãos do país têm percebido o papel dos partidos no contexto brasileiro. Afinal de contas, qual a força e a consolidação dos partidos políticos e da democracia em si no cenário brasileiro em termos de opinião pública? Para além de uma análise geral dessas percepções, este estudo tem como objetivo examinar as diferenças de percepção, se é que elas existem, entre os simpatizantes dos dois partidos com maior apelo nos últimos anos no país, em termos de eleições presidenciais: Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Será que os simpatizantes do PT, que tem sido o grande vencedor nas últimas quatro eleições, apresentam, ao longo do tempo, opiniões diferentes dos partidários do PSDB, que saíram derrotados das últimas disputas, em termos da importância e do papel da democracia e dos partidos políticos no Brasil?

Inicialmente, apresenta-se um histórico da polarização eleitoral entre PT e PSDB, nas eleições de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014, nas quais se solidificou o cenário de destaque da disputa entre os dois partidos nos pleitos presidenciais nacionais. Na sequência, é feita uma análise dos resultados de opinião encontrados por meio dos dados do ESEB em 2002, 2006 e 2010.

1. Histórico dos vinte anos da polarização entre PT e PSDB

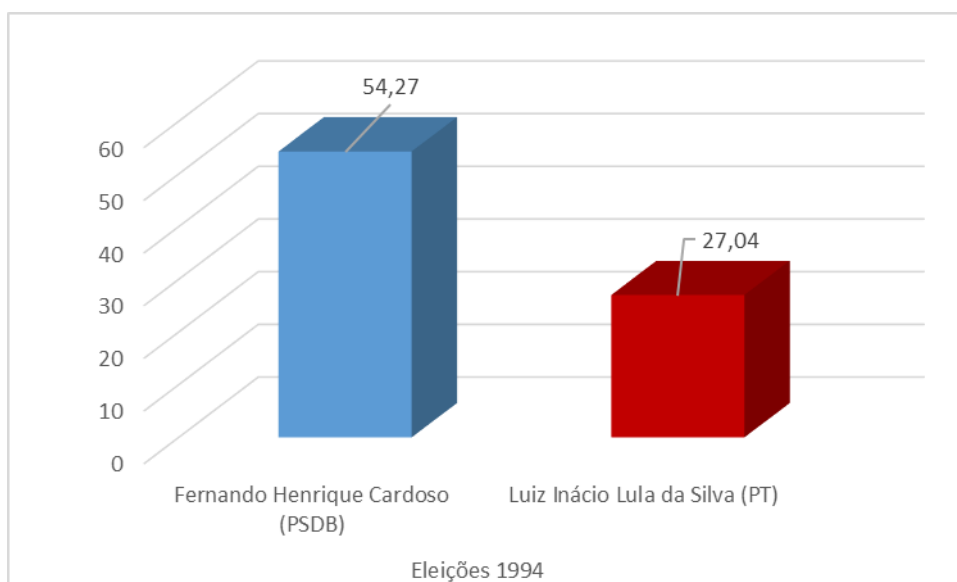
Quando no dia 5 de outubro de 2014 as urnas apontaram para a disputa em segundo turno entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) nas eleições presidenciais brasileiras do referido ano, tivemos a confirmação de uma notável polarização entre os dois partidos. Se a partir de meados dos anos 1990 tivemos uma hegemonia tucana na principal posição de poder estatal do país, com a primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 2002, os petistas mudaram completamente a situação com quatro triunfos consecutivos na disputa pelo governo federal, dois de Luiz Inácio Lula da Silva, e dois de Dilma Rousseff. É importante enfatizar que em todas essas eleições, os dois primeiros classificados pertenciam aos dois partidos

mencionados. Desse modo, na sequência é apresentado um breve histórico desta disputa, que começou em 1994 e até hoje se destaca nas campanhas brasileiras.

1.1. 1994: vitória do Real

O contexto eleitoral de 1994 apresentava, em um primeiro momento, um cenário de favoritismo de Lula (PT). Porém, o rumo da campanha começou a mudar em julho de 1994, a partir da entrada em circulação de uma nova moeda, o Real, plano elaborado pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que em seguida se candidataria à posição de presidente, colocando-se como o “pai do Real” (ALMEIDA, 1999). A nova moeda conseguiu baixar a inflação e os preços, e aumentar o nível de emprego, gerando um ambiente de otimismo e apoio popular (IDEM, 1999). Lula, por sua vez, adotou uma postura crítica ao Real em alguns momentos, alternada com críticas mais cautelosas em outros, quando o candidato afirmava que continuaria o plano em seu governo (PEREIRA e GUAZINA, 1999; ALMEIDA, 1999). No entanto, suas argumentações não lograram êxito e FHC ganhou sua primeira eleição presidencial.

Gráfico 1- Resultado das eleições presidenciais de 1994 (%)

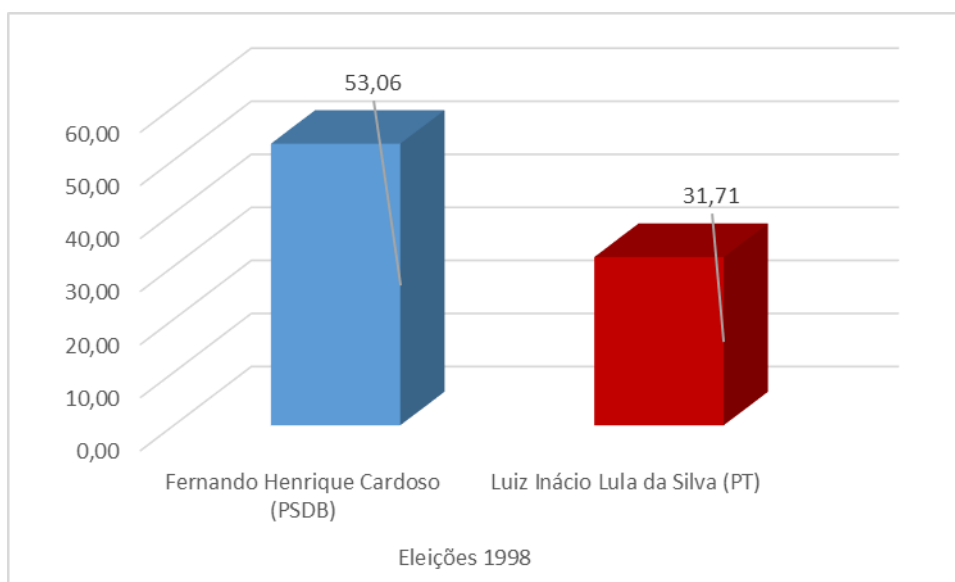


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

1.2. 1998: FHC, uma vez mais

As eleições de 1998 foram marcadas como as primeiras do novo período democrático brasileiro no qual estava posta a possibilidade de reeleição do presidente. Nesse panorama, o governo buscou transformar a disputa em ritual de recondução de FHC à sua posição (MIGUEL, 1999). Por seu turno, Lula tentou destacar em seus programas principalmente a questão do desemprego e também a seca e a fome no nordeste, apresentando o primeiro como consequência da política econômica do governo e a segunda como resultante da falta de sensibilidade dos governantes em relação às questões sociais (IDEM, 1999). A estratégia de FHC nesse sentido foi identificar a origem do problema em uma questão externa (a crise que ocorria na Rússia), argumentando que ao país só restava proteger-se da melhor forma possível com uma equipe experiente e com profundo conhecimento do jogo financeiro internacional (IDEM, 1999). Este discurso de quem havia logrado estabilizar uma moeda trouxe segurança para o eleitor, que, mais uma vez, elegeu o candidato do PSDB.

Gráfico 2- Resultado das eleições presidenciais de 1998 (%)

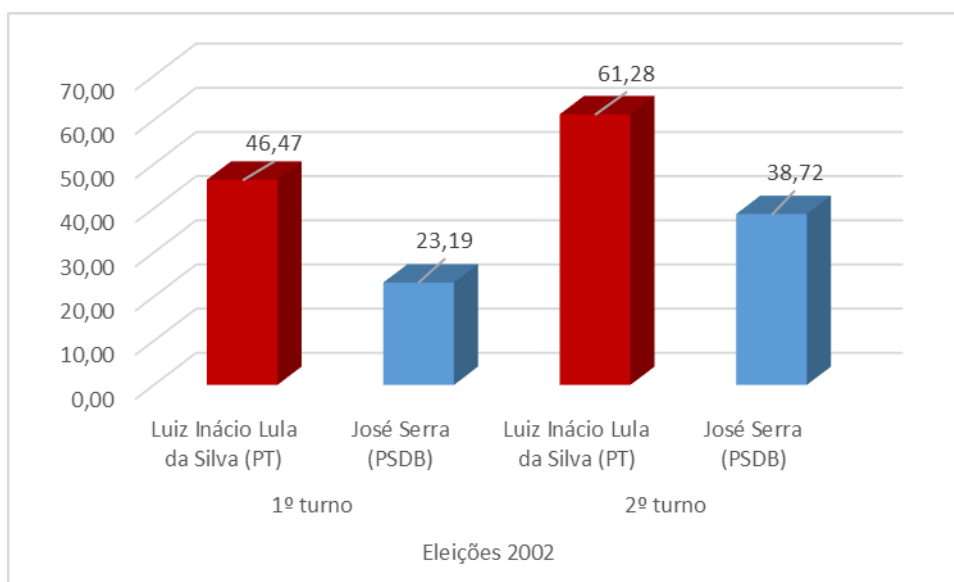


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

1.3. 2002: a esperança vence o medo

O segundo mandato de FHC foi marcado pelo agravamento da crise mundial e pela dificuldade do governo para lidar com a mesma. Se desenhava, finalmente, um cenário favorável à candidatura de Lula. A campanha teve permeando sua agenda o conflito da esperança, de uma vitória petista contra a insegurança propagada por aqueles que, na voz da atriz Regina Duarte, “sentiam medo”. Para buscar o triunfo da esperança, Lula buscou converter sua imagem na imagem de um homem calmo, sábio e conciliador (BAQUERO, 2007b). Essa postura de agregador do candidato do PT era provavelmente o último elemento que faltava para a conquista do poder no governo federal. O sentimento de mudança se refletia agora em um caminho que parecia mais seguro. Tal postura levou a que as tentativas de infligir medo à população, procedentes da campanha do oponente José Serra terminassem por ser motivo de piadas. Venceu a esperança daqueles que agora, por meio do voto, encontravam a possibilidade concreta de depositar sua confiança em um governo de esquerda.

Gráfico 3- Resultado das eleições presidenciais de 2002 (%)



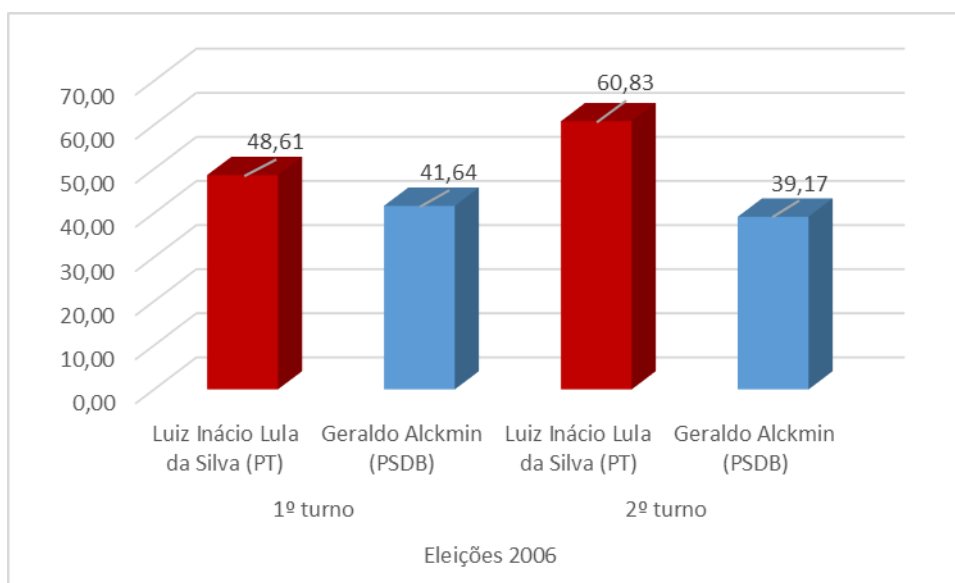
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

1.4. 2006: triunfo de Lula, mais que do PT

Após quatro anos de governo, Lula voltaria à disputa para buscar sua reeleição enfrentando agora como principal rival Geraldo Alckmin, do PSDB. E, nessa eleição,

Baquero (2007) nota uma modificação radical no panorama. A figura do presidente, com seu carisma, assume centralidade, relegando seu partido, que em 2002 havia cumprido papel fundamental em sua eleição, a segundo plano (BAQUERO, 2007b). A campanha de Lula utilizou como principal âncora a defesa das políticas sociais do governo, como o Bolsa Família (POWER e HUNTER, 2007 *apud* BAQUERO, 2007b). A postura de Lula, mantendo sua imagem descolada de seu partido, foi estratégica porque o PT, com algumas de suas principais lideranças, estava envolvido em escândalo de corrupção que ocupou as manchetes em 2005². Isso não significa que outros fatores também não tenham contribuído para o êxito do presidente, como a habilidade para colocar o opositor Geraldo Alckmin como um representante do governo FHC, algo que levou o oponente a uma rejeição por grande parte do eleitorado (BAQUERO, 2007b).

Gráfico 4- Resultado das eleições presidenciais de 2006 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

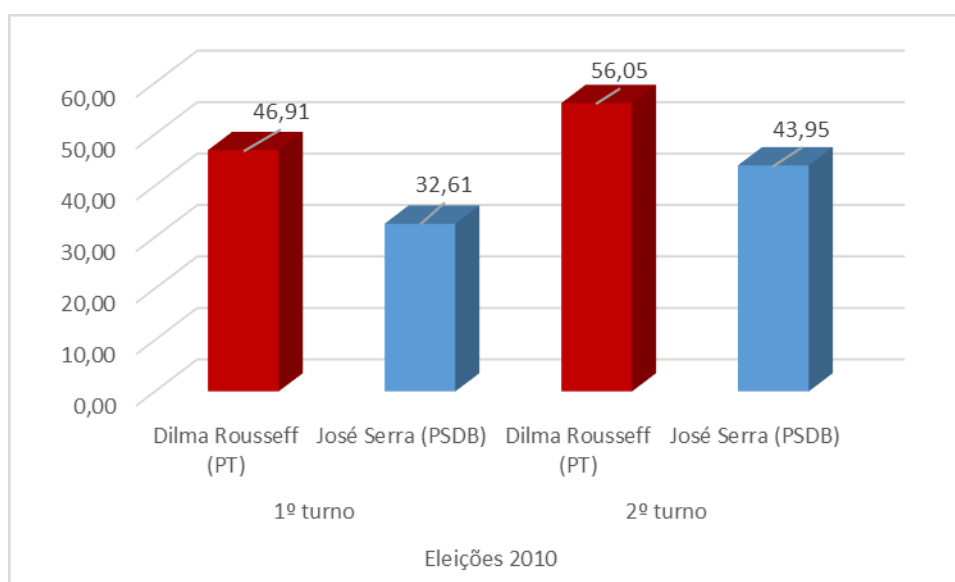
1.5. 2010: Lula intocável, melhor para Dilma

Após dois mandatos de Lula, precedidos por dois mandatos de FHC, chegava o momento de PT e PSDB disputarem o desempate, com Dilma Rousseff, pelo lado

² Este escândalo foi chamado de “mensalão”, sendo denunciado pelo então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Roberto Jefferson, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Consistia, simplificada, na compra de votos dos parlamentares, em troca de apoio ao governo federal.

petista, e José Serra, representando os tucanos. Neste contexto, Dilma surgia como uma possível nova eleição- agora virtual- de Lula (MARTINS, 2012). O PSDB, por sua vez, trouxe algumas lições da disputa anterior. A estratégia de Lula de contrastar seu governo ao de FHC, transformando Alckmin em um mero reflexo de seu colega de partido, havia sido exitosa. Sabendo disso, José Serra tratou de distanciar-se do choque com Lula, tentando não se colocar como opositor direto do presidente. Esvaziou-se, então, o espaço de críticas que o PSDB ocupava em relação ao PT, abrindo caminho para o crescimento da candidatura de Dilma (IDEM, 2012), que confirmou sua vitória no segundo turno.

Gráfico 5- Resultado das eleições presidenciais de 2010 (%)



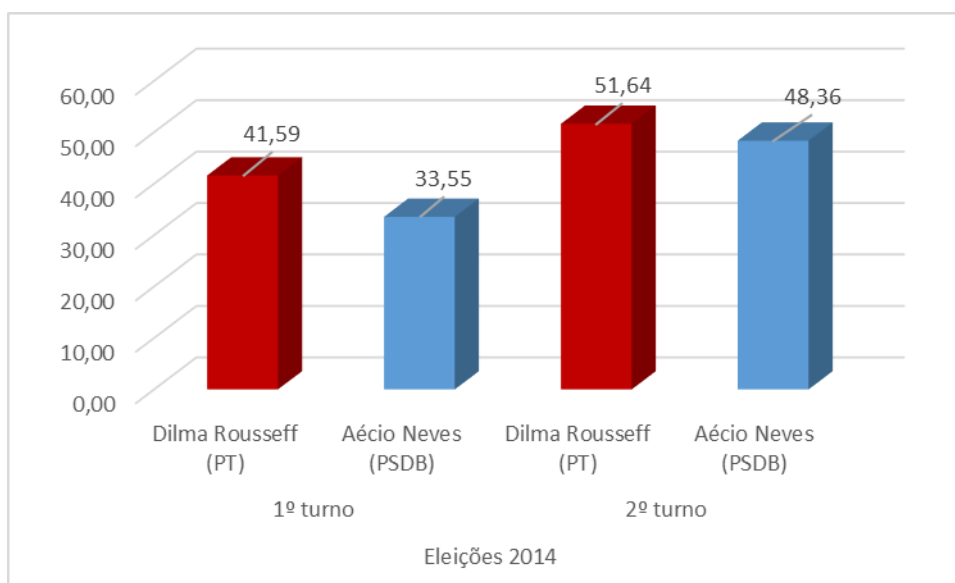
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

1.6. 2014: Marina ameaça a polarização, mas morre na praia

O cenário eleitoral de 2014 sofreu um forte impacto quando, no dia 13/08, caiu na cidade de Santos um avião, matando o candidato Eduardo Campos, do PSB. Com isso, sua vice Marina Silva assumiu a cabeça da chapa, tendo mais uma vez a oportunidade de candidatar-se à presidência da república (ela já havia disputado a posição em 2010). Com a comoção pela morte de Campos, emergiu como favorita a disputar o segundo turno com a candidata à reeleição, Dilma. Todavia, Marina enredou-se em suas próprias contradições e na esquizofrenia de uma campanha que dizia querer “o que há de bom em

todos os lados” e apostou numa “nova política” que até hoje não se sabe exatamente o que é. Aécio Neves, do PSDB, por sua vez, cresceu com sua candidatura, adotando posições um tanto mais claras, ultrapassando Marina e chegando ao segundo turno, no qual foi derrotado por Dilma Rousseff, em uma disputa extremamente acirrada.

Gráfico 6- Resultado das eleições presidenciais de 2014 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

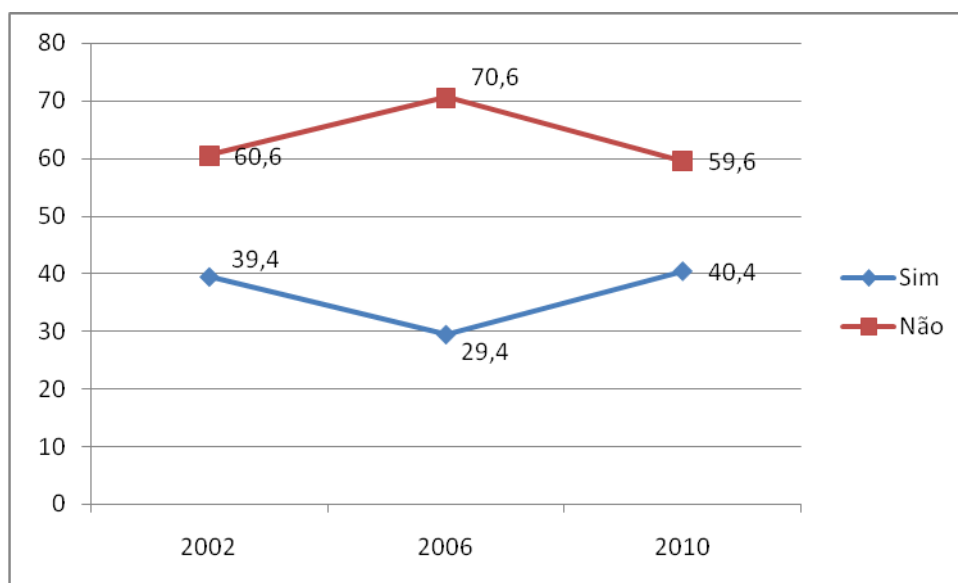
Após apresentar este breve histórico das eleições brasileiras nos últimos 20 anos, a próxima seção destina-se a examinar a percepção que os brasileiros apresentam sobre a democracia, os partidos e o voto no país. Além disso, serão verificadas as diferenças entre as opiniões dos electores de PT e PSDB sobre esses temas, ou seja, se estar no lado ganhador ou no lado derrotado nas últimas disputas presidenciais importa ou não para uma melhor ou pior avaliação dos componentes principais de uma democracia.

2. Opinião pública, partidos e democracia no Brasil (2002-2010)

A partir de agora, passamos a examinar a questão dos partidos e da democracia no Brasil através da opinião dos cidadãos do país sobre estes aspectos. Mais que isso, objetiva-se verificar se os simpatizantes de PT e PSDB, os dois partidos que têm polarizado as disputas presidenciais desde 1994, possuem predisposições diferentes em

relação aos partidos e a democracia no Brasil, e como estas relações têm se configurado entre os anos de 2002 e 2010, com a consolidação de uma hegemonia do PT nas eleições presidenciais. Esta análise realiza-se por meio de dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), realizados nos anos de eleições presidenciais desde 2002. O Gráfico 7 apresenta tem ocorrido a relação dos brasileiros com os partidos políticos nos últimos anos, por meio da identificação com algum deles em termos de modo de pensar:

Gráfico 7- Existe algum partido que representa seu modo de pensar? (%)



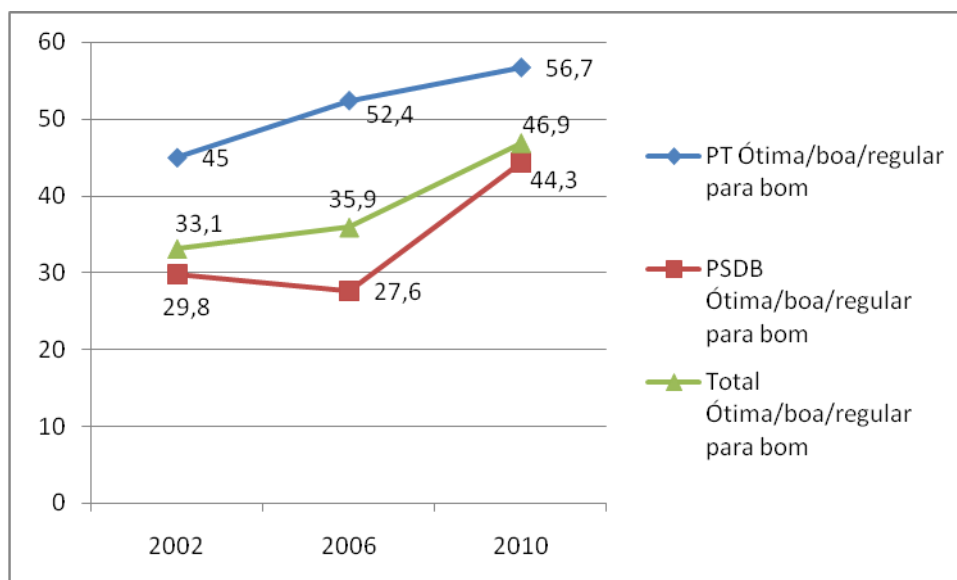
n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000.

Fonte: ESEB.

É possível perceber que entre 2002 e 2010 tem se apresentado uma tônica de relativamente baixa identificação dos entrevistados com os partidos políticos. Em 2006 ocorreu o período de mais baixa identificação (29,4%), que voltou ao padrão de cerca de 40% em 2010. Os percentuais de identificação, ainda que não tão altos, entretanto, estão longe de ser insignificantes: ter 40% de pessoas identificadas com partidos, principalmente em um cenário historicamente personalista e clientelista, minado por vários escândalos e casos de corrupção, como é o caso brasileiro, trata-se de um dado significativo. A partir disso, vamos examinar as predisposições dos cidadãos identificados com PT e PSDB em relação a alguns aspectos da democracia, e se eles se diferenciam do total de entrevistados em relação a estas variáveis. O Gráfico 2 compara

a avaliação que os entrevistados fizeram dos partidos políticos entre os anos de 2002 e 2010:

Gráfico 8- Avaliação da atuação dos partidos (%)



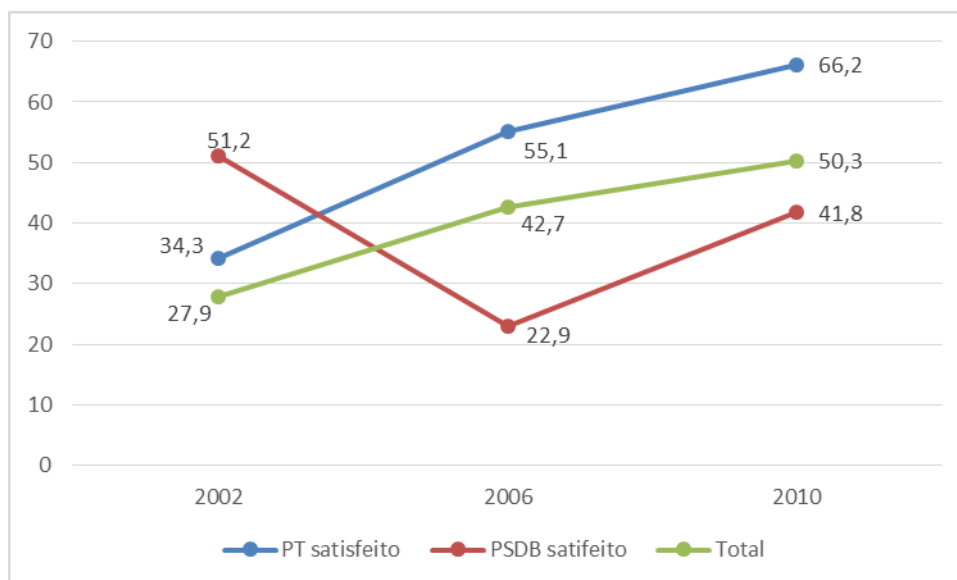
n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000.

Fonte: ESEB.

O gráfico mostra que a avaliação da atuação dos partidos políticos entre os brasileiros tem melhorado de modo substancial nos últimos anos. O salto daqueles que fazem uma avaliação positiva destas organizações é bastante relevante, deixando os 33,1% em 2002 e chegando a quase 47% em 2010. Sujeitos identificados com o PT apresentaram uma tendência a fazer, ao longo dos anos, uma melhor avaliação dos partidos em relação ao total dos entrevistados, enquanto os entrevistados que afirmaram identificar-se com os tucanos apresentam percentuais inferiores nesse sentido, muito possivelmente pelo fato de seu partido estar longe do poder em nível nacional ao longo dos anos verificados. Poderíamos, ainda, suspeitar do contrário: talvez os sujeitos votem na oposição justamente por estarem insatisfeitos, ao invés de estarem insatisfeitos por estarem na oposição. Entraríamos, no entanto, num “dilema das Tostines”, que não está compreendido na proposta deste trabalho, mas que sugere uma análise mais cuidadosa e detalhada do ponto de vista causal a posteriori. Entretanto e para além disso, cabe ressaltar que tanto os cidadãos identificados com o PT como os identificados com o PSDB têm apresentado uma elevação na avaliação que fazem dos partidos políticos no

país. Se por um lado existe um incremento nas avaliações positivas dos partidos políticos, por outro, como os brasileiros têm se posicionado sobre sua satisfação com a democracia ao longo do período? É isso que o gráfico seguinte objetiva explicitar:

Gráfico 9- Satisfação com a democracia (%)

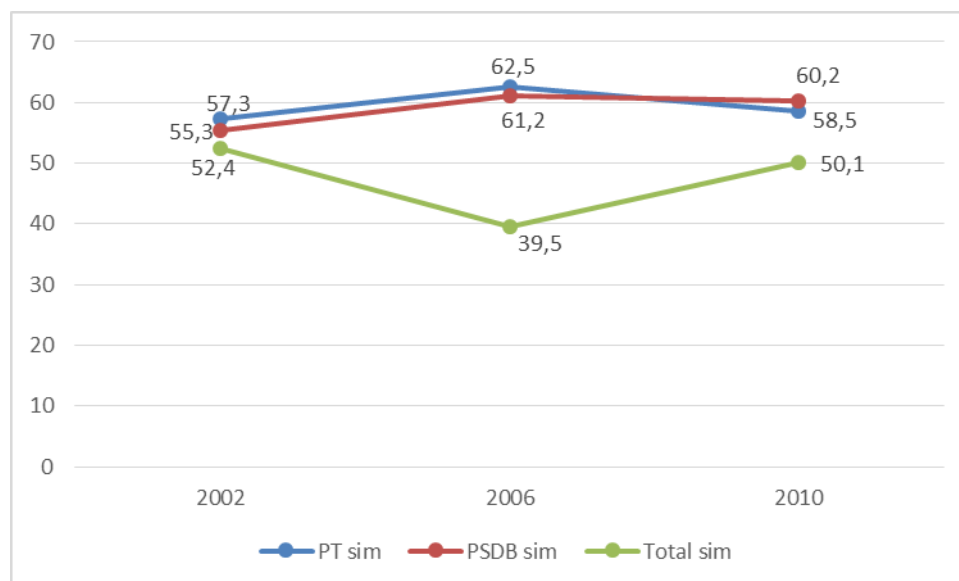


n 2002=618; n 2006= 1000; n 2010=2000.

Fonte: ESEB.

O total dos entrevistados apresenta um aumento substancial em termos de satisfação com a democracia: enquanto quase 28% disseram estar satisfeitos com a democracia em 2002, esse percentual apresentou elevação em 2006, e em 2010 quase foi duplicado, chegando aos 50%. Entre os petistas, a satisfação com a democracia, talvez graças ao período do partido no poder, também se elevou de modo impressionante, saltando dos 34,3% em 2002 para 66,2% em 2010. Os simpatizantes do PSDB, por sua vez, apresentaram declínio, que teve sua maior insatisfação apresentada em 2006, ano de crise institucional que reverberava escândalo de corrupção do governo. Possivelmente também esse declínio tenha relação com a mesma razão da elevação da satisfação dos petistas com a democracia: enquanto 51,2% afirmavam estar satisfeitos em 2002, no ano de 2010 este percentual baixa em quase 10 pontos. Finalmente, verifica-se como os entrevistados se comportam em relação ao voto obrigatório. Será que a crescente satisfação com a democracia se reflete em uma maior predisposição a votar, mesmo se esse ato não fosse obrigatório? É o que se examina com o Gráfico 10:

Gráfico 10- Votaria se não fosse obrigatório? (%)



n 2002= 618; n 2006= 1000; n 2010= 2000.

Fonte: ESEB.

O total dos entrevistados apresenta uma regularidade percentual entre 2002 e 2010, com uma diminuição em 2006. Enquanto em 2006 quase 40% dos entrevistados afirmavam que votariam mesmo que não fossem obrigados, em 2002 e 2010 este percentual ficou próximo dos 50%. Entre os sujeitos identificados com PT e PSDB, os percentuais são bastante similares, e quase não apresentam variação no período. É importante, contudo, destacar que os simpatizantes dos dois principais partidos brasileiros da atualidade apresentam uma predisposição ao voto consideravelmente superior em relação ao total de cidadãos que responderam à entrevista, principalmente em 2006, indicando a força competitiva de ambos e a disposição de votar para manter ou mudar a situação. Desse modo, estes dados, juntos aos anteriores, mostram, de modo geral, certo aumento na adesão dos brasileiros no que se refere à democracia. Com estes subsídios empíricos sobre comportamento dos brasileiros em relação aos partidos e a democracia, na próxima seção são colocadas as considerações e notas finais do presente estudo.

3. Considerações finais

A chegada de Aécio Neves ao segundo turno das eleições de 2014 contra Dilma Rousseff confirmou, pelo sexto pleito consecutivo, cobrindo um espaço temporal de vinte anos, a tendência à polarização entre tucanos e petistas, com os dois partidos ocupando invariavelmente as duas primeiras posições nas disputas presidenciais neste período. Mesmo considerando o crescimento das candidaturas de terceira via ao longo dos últimos anos, chama a atenção a hegemonia eleitoral de PT e PSDB, sempre disputando “nas cabeças” a posição mais alta do executivo nacional.

Nesse cenário de polaridade, é fundamental verificar como está a democracia e os partidos políticos na percepção dos brasileiros, além de verificar o comportamento e as opiniões dos eleitores dos dois partidos dominantes nesse contexto. E os dados apresentaram algumas notícias promissoras para a democracia do Brasil.

Primeiramente, há uma identificação com os partidos que, se não é alta, também não é desprezível. Em um país com traços tão claros de clientelismo, personalismo e corrupção, possuir cerca de 40% dos entrevistados afirmando identificar-se com algum partido é um dado significativo. Foi possível perceber também uma avaliação crescente dos partidos brasileiros tanto no total dos cidadãos como entre os petistas e tucanos, com os primeiros manifestando uma avaliação acima da média e os segundos um pouco abaixo da média. Há também que se destacar um aumento geral da satisfação com a democracia, com os petistas novamente acima da média, enquanto os eleitores identificados com o PSDB apresentaram um certo declínio nessa variável, talvez pelas derrotas seguidas do partido nas eleições presidenciais. Finalmente, é importante enfatizar que os entrevistados identificados com PT e PSDB manifestaram uma maior predisposição a votar mesmo que não fosse obrigatório em relação ao total dos pesquisados pela investigação do ESEB entre 2002 e 2010.

É necessário destacar, por último, um aspecto que surge como componente que pode modificar algumas tendências vistas neste artigo: trata-se do efervescente movimento de junho de 2013 ocorrido no Brasil durante a Copa das Confederações organizada pela FIFA. Naquele momento, foi possível verificar o crescimento de um forte apelo antipartidário e anti-institucional. Quando tal movimento se ampliou em direção à direita, perdendo o foco inicial- a exigência de redução das tarifas do transporte público- este sentimento de revolta alcançou principalmente o PT e a

presidente Dilma Rousseff, e se agrava a cada dia do primeiro ano do novo mandato do partido, caracterizado por forte crise política, corte de investimentos e preocupantes condições econômicas. Desse modo, alguns elementos examinados podem sofrer drásticas mudanças de configuração em análises que poderão ser levadas a cabo na sequência com novos dados. Esses elementos referem-se a aspectos como o aumento da satisfação com a democracia e da identificação e boa avaliação dos partidos políticos brasileiros. A busca destas respostas será fundamental em estudos que sejam realizados em seguida, com a importante complementação que dados de 2014 poderão proporcionar, com a intenção de melhor entender o cenário democrático brasileiro e seus possíveis desdobramentos em um futuro não muito distante.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jorge. Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o Plano Real. **Ícone**, I (4), 1999. pp. 168-202.

BAQUERO, Marcello. **Democracia e desigualdades na América Latina**: novas perspectivas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007a.

BAQUERO, Marcello. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, 2007b. pp. 231-259.

DAHL, Robert. **Polyarchy**: participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

MARTINS, Joyce Miranda Leão. **Política para eleitor ver**: imaginários sociais e performances de Serra e Dilma no horário eleitoral de 2010. Dissertação de Mestrado, Fortaleza, UFC, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados**, v. 42, n. 2, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

PORTO, Mauro; GUAZINA, Liziane. A política na tv: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. **Revista Contracampo**, v. III, 1999.